



Projeto de Resolução n.º 710/XV /1.^a

Recomenda a Realização de um Inquérito Nacional sobre o Abuso Sexual de Menores na Sociedade Portuguesa

Exposição de Motivos

O Relatório Final da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica veio revelar à sociedade portuguesa uma realidade que foi durante décadas dissimulada, protegida e encoberta pelas diversas hierarquias da Igreja Católica Portuguesa.

Os resultados do Relatório Final são profundamente chocantes e revelam uma prática continuada e reiterada de abusos, associada a uma indiferença pelos direitos das vítimas e a um sentimento de impunidade que grassou no seio do clero católico durante largos anos e que se consubstanciou na proteção e no encobrimento dos agressores que assim conseguiram não ser sujeitos à justiça penal.

No seguimento da apresentação do referido relatório final, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias promoveu a audição das personalidades que integraram a comissão, entre os quais o seu coordenador Pedro Strecht, Álvaro Laborinho Lúcio, Ana Nunes de Almeida, Catarina Vasconcelos, Daniel Sampaio e Filipa Tavares, tendo em vista por um lado a apresentação do resultado dos trabalhos da comissão e por outro perceber quais as linhas possíveis de atuação parlamentar, numa matéria delicada e em que qualquer atuação deve ser ponderada apenas e só após a análise da maior quantidade de dados disponíveis.

Durante a referida audição, a socióloga Ana Nunes de Almeida desafiou este Parlamento a lançar um inquérito a nível nacional sobre o abuso sexual de menores na sociedade portuguesa tal como consta das sugestões e recomendações à Sociedade Civil constantes do Relatório Final no qual se pode constatar a “Necessidade da realização de um estudo nacional sobre abusos sexuais de crianças nos seus vários espaços de socialização.”, com a “(...) criação de uma estrutura semelhante à da Comissão Independente, com novos membros, bem mais alargada e com outros meios de intervenção, com vista a estudar a situação dos abusos



sexuais de crianças em geral, na comunidade. À semelhança dos Inquéritos de Vitimização, tudo parece apontar para que tal iniciativa, desejavelmente do Governo da República, possa vir a caber ao Ministério da Justiça, seja pela natureza das suas atribuições e competências, seja pela sua natural comunicação com as entidades públicas sobre quem venha a recair a responsabilidade do prosseguimento da investigação, já em sede criminal, dos dados que assim venham a ser recolhidos.”

A título de experiências realizadas noutros países, o caso de França é paradigmático e os resultados conhecidos levam-nos a refletir sobre a importância de o mesmo tipo de inquérito ocorrer também em Portugal para uma correta aferição da real dimensão do problema.

Segundo o Human Rights Channel do Conselho da Europa, uma em cada cinco crianças é vítima de violência sexual na Europa¹, tendo o coordenador da Comissão Independente, Pedro Strecht, avançado igualmente com essa estatística para a sociedade portuguesa durante a referida audição de 2 de maio de 2023.

Não é demais lembrar que a violência e o abuso sexual de menores pode ocorrer em qualquer local, pode ocorrer em casa, na escola, nas atividades extracurriculares, nas ruas, pelo telefone ou online sendo que, na grande maioria dos casos (70 a 85%) a violência ou o abuso sexual sobre o menor é praticado por um conhecido, do seu círculo de confiança, o que contribui para o facto de 90% dos casos de abuso não serem denunciados às autoridades e para o facto de 1/3 dos menores vítimas de abuso nunca contarem a sua experiência a ninguém.

O trauma físico que perdura durante a vida da pessoa vítima de abuso sexual quando menor acompanha o trauma psicológico permanente e muitas vezes inultrapassável, sem que seja feita justiça ou exista uma tentativa de reparar os danos infligidos.

¹ <https://human-rights-channel.coe.int/stop-child-sexual-abuse-in-sport-pt.html>



Um inquérito desta dimensão tem obviamente custos associados que a Iniciativa Liberal reconhece e aos quais não é alheia, mas dada a sua relevância para a obtenção de se obter dados fiáveis e com os quais se possam trabalhar de forma transversal e multidisciplinar não é “nada que se compare aos muitos milhares de euros que andam por aí a voar, muitos milhares de milhões de euros que andam por aí a voar em outros setores” citando as palavras da socióloga Ana Nunes de Almeida em sede de comissão, que afirmou mesmo serem reduzidos os montantes envolvidos tendo em conta o benefício social obtido por um estudo desta natureza.

A elaboração de um inquérito de abrangência nacional sobre os abusos sexuais de menores na sociedade portuguesa terá assim o duplo condão de permitir fazer um levantamento exaustivo de casos que nunca foram comunicados às autoridades ao mesmo tempo que aumenta a perceção pública sobre o tema dos abusos sexuais, contribuindo para uma sociedade mais atenta e proativa na prevenção deste flagelo.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que:

1. Realize um estudo de âmbito nacional sobre abusos sexuais de crianças nos seus vários espaços de socialização, acolhendo a recomendação do Relatório Final da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica.

Palácio de São Bento, 22 de maio de 2023

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Patrícia Gilvaz

João Cotrim Figueiredo

Bernardo Blanco



Carla Castro
Carlos Guimarães Pinto
Joana Cordeiro
Rodrigo Saraiva
Rui Rocha